

SEMPRE FOI SOBRE NÓS: VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NO BRASIL

Joelma de Araújo Silva Resende*
joelmadearaujosilva@gmail.com
Universidade Federal do Piauí

Margareth Torres de Alencar Costa**
margarethtorres@cchl.uespi.br
Universidade Federal do Piauí

Resumo: Este artigo tem o objetivo de investigar como tem se apresentado a violência política de gênero a partir do livro *Sempre foi sobre nós – Relatos da violência política de gênero no Brasil*, organizado por Manuela d'Ávila. Nota-se que a mulher sofre violências no âmbito político para que ela seja forçada a se retirar do espaço público e a retornar ao espaço privado/doméstico. Este estudo abará as noções da Escrita de si e de gênero em textos escritos por mulheres que vivenciaram/vivenciam essas agressões. Para o estudo, serão feitas leituras de Lejeune (2008) fundamentando os estudos sobre Escrita de si; Lerner (2019) e Kern (2021) que irão fundamentar a discussão sobre violência contra a mulher, dentre outros estudiosos que trazem contribuições sobre o tema pesquisado. Percebe-se que a mulher sofre diversas formas de violências no universo político, evidenciadas nos textos de memórias do presente estudo.

Palavras-chave: Escrita de si. Gênero. Violência política.

1 Introdução

Manuela Pinto Vieira D'Ávila é formada em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mestre e Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 1999 filiou-se à União da Juventude Socialista (UJS) e em 2001 passou a ser filiada também do Partido

* Possui Graduação em Letras-Português pela Universidade Estadual do Piauí e Especialização em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa pela mesma IES. É professora do Instituto Federal do Piauí. Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal do Piauí. Doutoranda em Estudos Literários pela mesma IES.

** Doutora em Letras e Mestre em Letras pela UFPE. Graduação em Letras Português, Inglês e Espanhol. Bacharel em Serviço Social. Professora Dedicção Exclusiva da Universidade Estadual do Piauí e professora dos Programas de Mestrado e Doutorado em Letras da UFPI e do Mestrado em Letras da UESPI. Líder do Núcleo de Estudos Hispânicos- UESPI (NUEHIS) e membro do NEPA (Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro), atuando principalmente nas seguintes linhas de pesquisa: Estudos Culturais englobando orientação e ensino de Literaturas de Línguas estrangeiras, Autobiografia, Autoficção, Recepção e gênero.

Comunista do Brasil. Em 2004 foi eleita vereadora de Porto Alegre; em 2006 elegeu-se deputada federal, reeleita em 2010, com um número de votos bem expressivo. Entre 2015 a 2018 foi deputada estadual do Rio Grande do Sul, na eleição de 2018 foi candidata a vice-presidente da República e em 2020 candidatou-se à Prefeitura de Porto Alegre (RS). Foi indicada por cinco anos seguidos ao Prêmio *Congresso em Foco* e considerada uma das cem parlamentares mais influentes do Congresso e entre os trinta mais influentes pela revista *Veja* em 2011.

Após as eleições de 2018, Manuela fundou o Instituto *E se fosse você*, que objetiva combater notícias falsas, as famosas *fake news*, que tanto a vitimaram no âmbito político. Além do nosso objeto de estudo *Sempre foi sobre nós* (2021), Manuela também se dedicou à publicação de livros que trazem discussões como maternidade, política, feminismo, violência e notícias falsas.

O livro *Revolução Laura* (2019) é um relato das experiências de Manuela D'Ávila enquanto mãe e as relações da maternidade com a política. No livro, Manuela relata as violências que sofreu durante a gravidez e após o nascimento de sua filha Laura. Ainda seguindo o raciocínio da violência que as mulheres sofrem em âmbitos diversos, Manuela D'Ávila publicou *Por que lutamos* (2019), um livro bem didático sobre o Feminismo, voltado para jovens compreenderem a luta das mulheres por seus direitos. Manuela discute no livro as ideias errôneas e distorcidas que existem sobre o Feminismo, ao afirmarem, por exemplo, que as feministas odeiam homens; ela expõe que o movimento possui várias vertentes, mas que pode ser entendido como a luta da mulher para ter seus direitos garantidos.

E se fosse você (2020) aborda as redes de ódio e as notícias falsas; o livro explora o perigo das *fake news* e a luta diária que deve ser travada para combatê-las. Ao lembrar as várias notícias fraudulentas das quais foi vítima, Manuela reflete sobre a dificuldade de seguir em frente, pois não é fácil acordar todos os dias tendo que desmentir o que inventam sobre ela. Ela reflete, nesse livro, sobre o machismo que está enraizado na sociedade e que produz tantas violências contra mulheres.

Em 2021, Manuela publica uma coletânea intitulada *Rede de Mentiras e de ódio: E se o alvo fosse você?* Nessa coletânea, com prefácio do presidente Lula, há relatos de personalidades que sofreram e ainda sofrem por conta do discurso de ódio alimentado pela extrema direita no Brasil. A partir desses vários relatos, Manuela propõe a discussão sobre o enfrentamento a esses discursos como única saída para que o país se desenvolva.

Em seu último livro publicado, *Somos as palavras que usamos* (2022), Manuela traz a discussão sobre o poder das palavras que usamos e da importância de utilizarmos as palavras certas para refazer os laços que foram rompidos nos últimos anos por conta dos discursos de ódio e notícias falsas no âmbito político.

Manuela D'Ávila busca, através do *Instituto E se fosse você?*, dos livros publicados e de suas redes sociais, combater a violência que atinge as mulheres brasileiras. Diariamente, recebe ameaças e é vítima de mentiras que envolvem não só suas ideias, mas sua vida íntima e até mesmo sua filha, Laura, que desde bebê também é agredida, simplesmente porque sua mãe é uma mulher que escolheu atuar na política¹.

As mulheres que convivem nesse âmbito vivem sem liberdade, pois são constantemente ameaçadas de morte; seus corpos e suas intimidades são alvos de piadas sexistas e, até mesmo depois da morte, como é o caso de Marielle Franco, continuam sendo alvo de ataques. Através dos relatos de *Sempre foi sobre nós* percebe-se que essa escrita memorialística vem denunciar essas violências e gritar pelo fim da misoginia.

Através do livro, que possui relatos de Manuela D'Ávila, Anielle Franco, Áurea Carolina, Benedita da Silva, Dilma Rousseff, Duda Salabert, Isa Penna, Jandira Feghali, Jô Moraes, Maria do Rosário, Marina Silva, Sônia Guajajara, Tábata Amaral, Talíria Petrone e Marlise Matos, pretende-se realizar uma investigação sobre violência política de gênero, destacando as agressões a que essas mulheres foram/são submetidas em um âmbito em que não são bem-vindas, já que em uma sociedade patriarcal o que se espera é que os espaços de poder sejam exclusivamente controlados por homens.

Diante desse contexto, há urgência em se discutir a violência cometida contra as mulheres no âmbito político, visto que cotidianamente recebemos notícias de agressões contra vereadoras, deputadas e senadoras que foram violentadas das mais variadas formas, desde um microfone que é desligado, para retirar o direito de fala, até assassinato, como é o caso ocorrido com a vereadora Marielle Franco, em 2018.

Assim, acredita-se que a discussão sobre violência política de gênero deve ocorrer com urgência nas mais diversas instâncias, a começar pelo ambiente acadêmico, em que a construção do conhecimento é feita diariamente. Abordar uma

¹ Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/24865_manuela-davila-desabafa-sobre-agressoes-e-conta-que-filha-de-5-anos-recebeu-ameacas-de-estupro.html. Acesso em: 25 jun. 2023.

questão social é dever das academias, local onde as mulheres têm conquistado espaço, não só quantitativamente, mas também tem procurado participar ativamente das decisões e ocupar cargos que antes eram ocupados somente por homens.

2 Escrita de si

Os relatos presentes em *Sempre foi sobre nós* foram escritos por mulheres que sofrem violência política de gênero no Brasil. São narrativas de dor que evidenciam como é para uma mulher estar inserida em um âmbito predominantemente masculino; os textos foram escritos com predominância da 1ª pessoa do singular e ressaltam o que essas mulheres sentiram não só no momento da violência, como também o que elas continuam sentindo e as propostas de reflexão a partir do evento traumático. Para analisar de forma mais apropriada essa escrita com foco na perspectiva memorialista e na escrita de si, recorre-se a Phillippe Lejeune (2008) e às pesquisadoras Eurídice Figueiredo (2022) e Ângela Gomes (2004).

Lejeune (2008) reconhece que existem muitas dificuldades para quem se lança nos estudos autobiográficos; há entraves teóricos e até mesmo de definição de um corpus coerente. Segundo ele, a autobiografia seria uma narrativa (prosa) em que uma pessoa real faz com foco em sua história particular; nesse tipo de escrita, há categorias (forma da linguagem, assunto tratado, situação do autor e posição do narrador), que demarcam as especificidades do gênero, diferenciando de outros gêneros como memórias, biografia, romance pessoal, diários e outros que não possuem todas essas condições da autobiografia. Apesar dessas categorias específicas do gênero, ainda assim há problemáticas em relação à sua identificação.

Essas problemáticas de identidade do gênero não são exclusivas da autobiografia. Os gêneros textuais, de forma geral, são formas relativamente estáveis, como afirma Bakhtin (2003), porém, vão se transformando e, muitas vezes, gerando confusão em sua identificação. Para muitos, a autobiografia só pode ser escrita em 1ª pessoa, mas Lejeune (2008) afirma que há a possibilidade de usos da 2ª e 3ª pessoas, que são raros, mas possíveis em textos autobiográficos.

Lejeune (2008) segue a discussão sobre autobiografia, discorrendo sobre pseudônimos, relações entre pessoa, autor e narrador e pacto autobiográfico. Inclusive sobre autor e pessoa, ele afirma que “a autobiografia é o gênero literário que, por seu próprio conteúdo, melhor marca a confusão entre autor e pessoa, confusão

em que se funda toda a prática e a problemática da literatura ocidental desde o fim do século 18” (Lejeune, 2008, p. 33).

Figueiredo (2022) também discute esse aspecto ao afirmar que as escritas de si continuam debatendo em sua centralidade a questão do autor. Ela afirma que existe uma preocupação dos teóricos em diferenciar a pessoa que escreve de quem narra nos relatos autobiográficos, mas de forma geral, a confusão persiste principalmente em narrativas escritas em primeira pessoa.

Gomes (2004) escreve que nos últimos anos as publicações de biografias e autobiografias tiveram um aumento considerável. Gêneros que compõem a Escrita de si (memórias, diários, cartas, relatos, biografias e autobiografias) ganharam reconhecimento e visibilidade e são cada vez mais procurados por leitores; por outro lado, segundo a pesquisadora, ainda não há tantas pesquisas que se dediquem a esses gêneros. A pesquisadora prossegue afirmando que essa escrita autorreferencial, a Escrita de si, iniciou sua ocorrência no século XVIII, quando indivíduos comuns iniciaram a escrita de uma memória sobre si mesmos. No século XIX, as palavras biografia e autobiografia surgiram em língua inglesa, os museus foram institucionalizados e o romance moderno surgiu; nesses dois séculos também emergiu a figura do cidadão moderno, com direitos civis e políticos alcançados.

Leonor Arfuch (2010) também contextualiza, em *O espaço biográfico*, essa ideia do fim da modernidade e a crise das grandes narrativas. Dessa forma, surge o vocábulo ‘biográfico’ remetendo a uma variedade de gêneros que tem como foco o relato de acontecimentos com base em pessoas ‘comuns’. Esses textos que compreendem biografias, autobiografias, memórias, confissões, diários e correspondências, na visão da autora, são escritos que fazem parte “dessa obsessão por deixar impressões, rastros, inscrições, dessa ênfase na singularidade, que é ao mesmo tempo busca de transcendência” (Arfuch, 2010, p. 15). Ao mesmo que centram o relato em si, também desnudam questões sociais:

o espaço biográfico, tal como o concebemos, não somente alimentará o “mito do eu” como exaltação narcisista ou voyeurismo – tonalidades presentes em muitas de suas formas-, mas operará, prioritariamente, como ordem narrativa e orientação ética nessa modelização de hábitos, costumes, sentimentos e práticas, que é constitutiva da ordem social (Arfuch, 2010, p. 31-32).

Assim, os textos de *Sempre foi sobre nós* são constituídos por relatos que tem foco nas violências que cada mulher sofreu no âmbito político, enfocando, infelizmente, hábitos e costumes de uma sociedade patriarcal. Em cada relato, essas mulheres procuram, através da memória, resgatar os eventos vivenciados para registrá-los. Cada um dos relatos possui a verdade de cada mulher, suas impressões, seus sentimentos sobre o fato vivido. E essas impressões constituem um elemento importante para o entendimento da violência política de gênero, pois são eventos vivenciados por muitas mulheres. A partir dessas violências há um discurso produzido por cada mulher; esses discursos são múltiplos e diferenciados, mas se encaminham para um mesmo pensamento: de que existe uma violência direcionada às mulheres que estão nos espaços de poder.

3 “Queremo-nos em todos os espaços livres e vivas!”

Em *Sempre foi sobre nós*, a deputada Áurea Carolina inicia seu relato relembando o pedido de Manuela D’Ávila sobre os textos a serem escritos: “serão alguns textos em primeira pessoa de mulheres contando sua história, a violência política e o enfrentamento de redes de ódio” (Ávila, 2021, p. 21). A deputada lembra que o pedido a fez repensar em todas as violências que sofreu no âmbito político e também a assustou: ao pensar em usar a primeira pessoa, focando o relato em sua vida particular, como Lejeune (2014) explica sobre o pacto autobiográfico, ela teria que centralizar as violências sofridas, colocando uma parte negativa e triste da sua vida em foco. Porém, apesar de serem episódios que trazem sofrimento, essa escrita memorialística tem um objetivo importante e inadiável:

Além de visibilizar e produzir conhecimento sobre as violências que nos atingem, é nosso papel construir estratégias para enfrentá-las no cotidiano e no funcionamento das instituições, bem como articular redes de solidariedade para apoiar as mulheres que estão na linha de frente do sistema político. Esta publicação dá uma contribuição importante nesse sentido e é uma honra poder compartilhar um pouco da minha vivência. Sou imensamente grata à Manu por organizar esta conversa aberta e nos provocar a narrar essas situações difíceis (Ávila, 2021, p. 28).

Não é fácil para uma mulher expor as violências que sofre diariamente; uma violência que tem raízes tão profundas que é difícil compreendê-la e combatê-la. Gerda Lerner (2019) escreve profundamente sobre as origens do patriarcado para entendermos o porquê da violência contra a mulher e da supremacia masculina

estarem enraizados nas sociedades. Ela questiona o porquê de a mulher ser considerada inferior, por que seu corpo é objetificado e por que as posições de comando são ocupadas majoritariamente por homens, dentre outras questões.

Tentar apagar a história de um grupo é uma forma de reduzir as possibilidades dessa população de se impor e buscar seus direitos. Lerner (2019) faz esse apanhado histórico para que se compreendam os fatos passados e as narrativas que foram construídas para que as mulheres se mantivessem passivas e conformadas com a submissão.

Obviamente, as mulheres sempre participaram da história, da construção da memória coletiva, porém, existe um apagamento em relação às narrativas sobre essa participação feminina. Não há interesse em registrar as ações das mulheres e, sim, em mantê-las enclausuradas no âmbito doméstico.

A autora questiona se as mulheres compactuaram com a criação do patriarcado e quais os alicerces desse sistema para que ele continue a existir de forma tão forte. Cita a religião que sustentava e ainda sustenta a ideia de submissão feminina e até mesmo a ciência, que, através da biologia, defendia a inferioridade da mulher: “Tradicionalistas, seja trabalhando sob uma ótica religiosa ou ‘científica’, consideraram a submissão das mulheres como algo universal, determinado por Deus ou natural, portanto, imutável” (Lerner, 2019, p. 38).

Do ponto de vista religioso (cristão), a mulher foi criada a partir do homem e por Deus escolhida para conceber filhos. Já que ela vai carregar o filho no ventre, parir e amamentá-lo, naturalmente ela deve ficar em casa para cuidar das crianças. Por outro lado, os homens são mais fortes e devem trabalhar para garantir o sustento da família.

Sobre esses dois aspectos da defesa da supremacia masculina, no século XIX o argumento religioso foi enfraquecendo, mas na ciência, os defensores do patriarcado reafirmavam que a menstruação, menopausa e gravidez debilitavam a mulher, tornando-a um ser inferior. Na Psicologia, para a teoria freudiana, a mulher era um ser incompleto porque não tinha pênis.

Com o avanço dos estudos sobre os aspectos científicos que insistem em defender uma suposta inferioridade feminina, surgiram teorias que defendiam um estágio inicial de predomínio do matriarcado. Nessa teoria, homens e mulheres tinham seus campos de trabalho e viviam em condições igualitárias; porém, com o surgimento da propriedade privada, foi instituída a família monogâmica e a sexualidade das mulheres passou a ser controlada: “O homem assumiu o comando também em casa;

a mulher foi degradada e reduzida à servidão; tornou-se escrava do prazer do homem e mero instrumento de reprodução” (Lerner, 2019, p. 47).

Esse é apenas o início do debate proposto por Lerner (2019). O que se sabe é que ao longo dos séculos, nos mais variados contextos, a mulher sofreu por sua condição de mulher. De forma que até os dias de hoje a ideia de que a mulher é um ser inferior persiste e, apesar de avanços e conquistas das mulheres, a violência contra elas perdura.

Em nosso objeto de estudo, a deputada federal Benedita da Silva relata as violências que sempre vivenciou, lembrando que essas práticas excludentes acontecem há muito tempo, corroborando as ideias discutidas por Lerner (2019) de que a ideia do sistema patriarcal sempre foi manter a mulher enclausurada, no ambiente doméstico e, portanto, sem participação em decisões importantes para a sociedade. No caso de Benedita da Silva, o fato de ser negra potencializava ainda mais essa exclusão:

Imaginem, em 1982, em plena ditadura, eu, mulher negra e favelada, tornei-me a primeira vereadora do Rio de Janeiro. Claro que não foi nada fácil. Aqueles homens bem-nascidos, ricos, não gostavam muito de uma mulher por lá, ainda mais negra e que morava na favela. Houve campanha de difamação, agressão por palavras e gestos. Episódios de racismo velado e também do tipo descarado (Ávila, 2021, p. 35).

A tentativa de excluir a mulher, como mencionado por Benedita da Silva acontecia (e acontece) das mais variadas formas; uma dessas formas é através da invisibilidade das necessidades femininas. Leslie Kern (2021) discute a ideia de que as cidades modernas não são locais seguros ou adaptados para as necessidades das mulheres. Essa exclusão foi construída historicamente, pois durante a Revolução Industrial, as cidades foram crescendo rapidamente e construíram normas rígidas em relação à presença da mulher. A presença feminina nas fábricas fez com que as mães tivessem menos tempo para os filhos e afazeres domésticos, fazendo com que a culpa pelos problemas sociais fosse colocada nas mulheres.

A participação das mulheres no trabalho remunerado significava um pouco de independência e, claro, menos tempo para as responsabilidades domésticas dentro do seu próprio lar. As mulheres pobres eram consideradas fracassadas, cuja incapacidade de manter seu lar limpo devia-se pela ‘desmoralização’ da classe trabalhadora. Essa desmoralização se expressava por meio do vício e de outros tipos de comportamentos públicos e privados problemáticos. Tudo isso era visto como uma situação profundamente antinatural (Kern, 2021, p. 15-16).

Através do pensamento de Kern (2021) percebe-se que as mulheres eram culpabilizadas pelos transtornos que surgiram após a Revolução Industrial, por estarem se inserindo no espaço urbano e ocupando postos de trabalho, “em suma, os corpos das mulheres ainda são frequentemente vistos como fonte ou um sinal de problemas urbanos” (p. 18). Mães jovens, negras, imigrantes são vistas como responsáveis pela gentrificação, ou seja, as transformações que ocorrem nas zonas urbanas, através do aumento de construções comerciais, prédios, fazendo com que áreas que eram consideradas periféricas passem a ser mais valorizadas.

Como as mulheres não são bem-vindas no espaço urbano, este não é pensado para elas, que sofrem com as barreiras desse espaço limitante e excludente. Dessa forma, torna-se um espaço que faz com que essas mulheres não tenham liberdade para locomover-se e participar das diversas atividades disponíveis nesses espaços, que são mais aproveitados pelos homens.

Muitas dessas barreiras são invisíveis para os homens, porque sua própria vivência significa que eles raramente as encontram. Isso significa que os principais tomadores de decisão das cidades, que na maioria ainda são homens, fazem escolhas em relação a todas as coisas, de política econômica urbana ao planejamento de moradias, da localização das escolas aos assentos de ônibus, do policiamento à remoção da neve, sem tomar conhecimento, muito menos se preocupar como essas decisões afetam as mulheres (Kern, 2021, p. 18-19).

Excluir a mulher do espaço urbano é excluí-la da participação na tomada de decisões que definem a vida das pessoas. As sociedades patriarcais não têm interesse que as mulheres participem dos ambientes de poder e tomada de decisões; assim, as dificuldades pelas quais essas mulheres passam nos espaços urbanos são invisíveis, principalmente se essa mulher for mãe, e estiver com seu bebê, vai se deparar com escadas, espaços estreitos, buracos, tornando extremamente dificultosa a inserção dessa mãe nesses espaços.

A deputada federal Talíria Petrone destaca a importância da inserção da mulher em todos os espaços, inclusive na política. Apesar das violências sofridas, se as mulheres não estiverem nos espaços de poder, quem irá encabeçar a luta por direitos relacionados à saúde, à reprodução e todos aqueles que envolvem especificidades do universo feminino? Homens não podem decidir por nós; até porque os direitos que as mulheres historicamente conquistaram foram através de lutas femininas. Para continuarem conseguindo vitórias, precisam se organizar:

É fundamental, nestes tempos de democracia fraturada, que a gente afirme que não há democracia real sem que todos os corpos possam participar da vida política – nas ruas, no parlamento, nos movimentos – vivos. Queremos em todos os espaços livres e vivos! E é preciso estar mesmo em todos os espaços (Ávila, 2021, p. 207).

Essa exclusão da mulher é uma forma grave de violência, já que ao ficar enclausurada no âmbito doméstico e conseqüentemente impedida de participar das decisões, uma parcela significativa da população fica excluída, pois o que se sabe é que aqueles que estão no poder estão interessados apenas em conseguir vantagens para si mesmos. Aqueles que não têm voz nas decisões do país também não têm vez para usufruir dos direitos que deveriam ser garantidos para todos.

4 “O quão longe a violência política de gênero poderia chegar?”

As mulheres sempre lutaram por mudanças na sociedade. Uma luta constante é relacionada ao direito de ocupar quaisquer lugares. Assim, os espaços predominantemente masculinos passaram a ser ocupados pelas mulheres que, antes, não podiam nem mesmo expressar sua opinião e viviam reclusas no espaço privado/doméstico.

Ao assumirem o desejo de participarem ativamente da militância política, as mulheres estavam declarando abertamente que queriam ser protagonistas da história. Essa participação na política brasileira sempre foi repleta de entraves, desde a garantia do direito ao voto à mulher. Sabe-se do predomínio do contexto patriarcal no Brasil, onde as violências contra as mulheres se fazem presentes nas mais diversas instâncias. A partir da política de cotas nas candidaturas, que reserva um percentual mínimo de 30% e máxima de 70% para qualquer um dos sexos, tentou-se alterar o quadro de desigualdade de gênero; de acordo com Miriam Pillar Grossi e Sônia Malheiros Miguel (2001):

Procurando influir na quantidade e na qualidade da participação das mulheres na disputa e na prática política, esses esforços contribuem para a construção de novas posturas nos partidos políticos e no eleitorado. De forma ainda pequena, mas visível, aumenta a presença das mulheres nas disputas eleitorais. Nas eleições de 1998, pela primeira vez na história do Brasil, houve uma candidata à Presidência da República – de um partido pequeno. E, nas eleições de 2000, concorreram 70.321 mulheres às Câmaras de Vereadores e 1.139 às Prefeituras Municipais. Foram eleitas 6.992 vereadoras e 318 prefeitas. Destas, seis vão dirigir prefeituras de capitais, uma delas, a

prefeitura da cidade de São Paulo, a maior do país (Grossi; Miguel, 2001, p. 170).

Assim, partindo de um contexto de desigualdade de gênero, a política de cotas favoreceu o crescimento da participação das mulheres nas eleições em todo o Brasil. A partir desse crescimento, as discussões em torno do empoderamento feminino também aumentaram e as mulheres eleitas têm incentivado outras mulheres a se inserirem nos espaços de poder.

Apesar do uso amplo da palavra *empoderamento*, sabe-se que ainda há muita violência sendo cometida contra as mulheres e no campo político não faltam exemplos de como a mulher tem sido tratada. Assédios, interrupções na fala e inúmeros episódios de total desrespeito são recorrentes na rotina das mulheres que, eleitas, precisam conviver em um âmbito em que predominam homens que se consideram donos daquele espaço. Em *Sempre foi sobre nós* (2001), a deputada federal Maria do Rosário relata o que é e como essa violência se manifesta:

É mais do que necessário compreender que a violência política de gênero visa obstruir/impedir nossa atuação política e que é imperioso desvelar e desmontar as imagens falsas usadas para nos destruir. Se o debate de ideias é um dos principais atos da política, é importante frisar o quanto os segmentos mais atrasados que exercem o poder no Brasil atuam para roubar das mulheres o direito à apresentação de argumentos toda vez que utilizam o espaço das instituições com agressões e estereótipos absurdos para coesão de sua base populista machista (Ávila, 2021, p. 142-143).

A deputada frisa que, apesar da legislação ter sido favorável a garantir recursos que permitam que mais mulheres façam parte do processo eleitoral, na prática, as violências persistem e velhas práticas discriminatórias têm continuado. O autoritarismo se faz presente rotineiramente na tentativa de desqualificar, estigmatizar e calar a mulher.

A violência contra a mulher no âmbito político tornou-se tão descontrolada e latente que em 4 de agosto de 2021 foi sancionada a lei 14.192 para estabelecer normas de prevenção e combate à violência política de gênero. De acordo com o texto, “são garantidos os direitos de participação política da mulher, vedadas a discriminação e a desigualdade de tratamento em virtude de sexo ou de raça no acesso às instâncias de representação política e no exercício de funções públicas” (Brasil, 2021, p. 1). O Art. 3º define violência política contra a mulher como “toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher”

(Brasil, 2021, p. 1). Assim, qualquer ato de restrição à liberdade política da mulher é um ato de violência e deve ser combatido e punido.

A deputada federal Áurea Carolina relata que se tornou normal uma mulher envolvida na política, principalmente se for negra, ser alvo de agressões; o assassinato de Marielle Franco em 2018 é um exemplo claro de como a presença da mulher preta e periférica na política é perigosa. A deputada destaca que sua vida social se tornou extremamente restrita e cercada de cuidados, não faz ataques pessoais e evita embates com adversários; além das piadas sexistas que ouve e ameaças que recebe, também há o assédio que é praticado sempre, como se o corpo da mulher estivesse sempre disponível para os homens:

O universo de Brasília é hostil, tóxico e altamente complexo, só que com o tempo constatei que eu tinha visto de tudo um pouco no microcosmo da Câmara Municipal. Não me surpreendi com a repetição das mesmas formas de violência, ainda que em maior escala, mas pela primeira vez fui vítima de assédio sexual no exercício parlamentar. Na ocasião eu estava sentada mais ao fundo de um plenário de comissão quando um colega se sentou ao meu lado, puxou assunto e, sem mais nem menos, colocou a mão na minha coxa. Ele continuou falando como se nada tivesse acontecido, com aquela mão nojenta no meu corpo. Fiquei paralisada por alguns segundos, incrédula, e tive a reação de empurrar a mão dele. Só consegui dizer que ele não podia fazer aquilo. “Isso o quê?”, ele dissimulou. Eu me irritei, abri o verbo, e ele respondeu que eu não tinha entendido, que eu estava louca, que ele não fez nada. Voltei minha atenção para a reunião, nervosa, e ficou por isso mesmo (Ávila, 2021, p. 27).

O âmbito machista e misógino da política brasileira funciona dessa forma: é um espaço predominantemente masculino, as mulheres não são bem-vindas. Como elas insistem em fazer parte desse âmbito, são violentadas e agredidas, principalmente com foco em seus corpos; se elas resolvem denunciar essas violências, são ridicularizadas e chamadas de loucas e a gradação de violências vai se intensificando cada vez mais.

A deputada estadual Isa Penna discute a violência política de gênero a partir de um episódio de assédio que sofreu em 2020 e que foi amplamente divulgado na mídia. Ela expõe que a situação que viveu não é um fato isolado e “que todas as mulheres passam boa parte da vida se esquivando de assediadores, arcando com as consequências das denúncias que fizeram ou se culpando por não terem denunciado” (Ávila, 2021, p. 82). A culpa e o trauma são inevitáveis:

Pra mim sempre foi uma ânsia de vômito misturada com uma vontade de chorar, também uma sensação de incômodo com o meu corpo, como se o meu corpo estivesse se lembrando do toque a todo momento e uma corrente de aflição e incômodo passeasse sobre as regiões em que fui assediada (Ávila, 2021, p. 84).

O corpo da mulher é visto como propriedade de todos. Além disso, é comum ela ser culpabilizada pela violência que sofreu. Se foi assediada ou estuprada é porque fez por merecer, provocou, através da roupa, das atitudes, do olhar, do comportamento. Ser mulher é estar a todo o momento se desviando de situações violentas e ainda assim, nunca conseguir estar plenamente livre.

A impunidade colabora para que a violência permaneça e os traumas se tornem ainda mais dolorosos. E faz também com que as vítimas enfraqueçam e percam as forças. Manuela D'Ávila, que desde muito jovem participa do meio político brasileiro, sempre denunciou as violências sofridas, mas ainda assim por muitas vezes se sente acuada e com medo de continuar:

Eu repetia sem parar, chorando em casa, após o último debate do primeiro turno das eleições de 2020. Meu cansaço se misturava em um dueto de indignação e perplexidade: o quão longe a violência política de gênero poderia chegar? Mal reconhecia em mim a mulher forte que havia disputado sete eleições, construído votações extraordinárias e enfrentado o machismo desde sempre, sobretudo nos últimos anos após a ascensão da extrema-direita no país (Ávila, 2021, p. 13).

Atualmente, é comum a prática da violência através do uso de expressões relacionadas ao corpo e à imagem da mulher. A palavra *puta*, por exemplo, é muito utilizada na tentativa de rebaixar e humilhar as mulheres inseridas no âmbito político. Em seu relato no livro *Sempre foi sobre nós*, a deputada federal Tábata Amaral reafirma a existência da violência política de gênero e expõe a violência que sofre no ambiente virtual:

Uma pesquisa realizada pela minha equipe em 2020 no Facebook, Instagram e Twitter buscou os cinquenta termos machistas mais utilizados para se referir a mim. Em somente cinco dias, "carinha" foi usado 1.767 vezes, seguido de "meiga", "teleguiada", "mocinha", "diabólica", "bonitinha" e "precisa de homem". Chamaram-me de "puta" 117 vezes (Ávila, 2021, p. 190).

Talíria Petrone também destaca o uso dessas expressões violentas que são utilizadas para atacar e, além disso, ameaçar a integridade física dessas mulheres. Principalmente nas redes sociais, é comum que se faça uso desse tipo de violência

porque os agressores acreditam na impunidade, já que muitas vezes usam perfis sem qualquer tipo de identificação ou perfis falsos. Utilizam esse “escudo” para exercerem sua covardia da maneira mais cruel:

Desde os primeiros meses do mandato, nossa página pública no Facebook já registrava de modo cotidiano diversas ameaças, difamações, ofensas, mensagens carregadas de racismo e misoginia. Não é razoável conviver com mensagens como “negra nojenta”, “volta pra senzala”, “puta”, “vagabunda”, “se encontro na rua dou paulada”, “merece uma 9mm na nuca, essa safada”, “tem que morrer, desgraçada”, “precisa de um pau grosso e que doa muito”. Depois da execução de Marielle, as mensagens que passaram a chegar extrapolavam ainda mais o tom: “Essa é a próxima a ter a cara furada”; “você merece morrer com um tiro na cara para estragar o velório, macaca fedorenta”, diziam (Ávila, 2021, p. 199).

Nota-se, não só o uso de expressões que tentam desqualificar a mulher, mas também expressões que denotam preconceito explícito, além de ameaças diretas utilizadas na tentativa de banir a mulher do âmbito político. O assassinato de Marielle trouxe ainda mais pânico, porque se sabe que essas ameaças podem se concretizar a qualquer momento. A violência é cometida de maneira descarada, porque é naturalizada, enraizada na sociedade brasileira.

Essa naturalização da misoginia é retratada no relato de Dilma Rousseff ao relembrar uma imagem que fomos obrigados a assistir após o golpe de 2016. A imagem em questão representa de maneira clara e direta a violência praticada não somente contra as mulheres, mas contra todas as pessoas que não pertencem ao grupo de homens brancos que detêm o poder no Brasil:

Desfechado o golpe, a foto oficial do ministério nomeado pelo golpista-chefe, Michel Temer, é praticamente um retrato da ordem misógina: um numeroso grupo de homens, exclusivamente homens, não por acaso, também, todos brancos e nenhum deles jovem, sucedendo o governo de uma mulher, num período em que houvera crescido a participação feminina na política, em postos de poder e em direitos. Claramente, o tablado em que se exibiam era o pódio da vitória do patriarcado neoliberal (Ávila, 2021, p. 57).

Assim, fica claro o desejo de que o poder esteja nas mãos de quem sempre o teve. As minorias (não nos referimos a quantidade da população, mas à quantidade de representantes no poder) devem continuar sendo sub-representadas ou sem representação nenhuma, porque não há interesse que seus direitos sejam respeitados. Devem continuar sem forças, para que continuem sendo explorados.

5 Considerações finais

A partir dos relatos do livro *Sempre foi sobre nós*, percebe-se que o sistema patriarcal brasileiro alimenta a violência contra a mulher, seja ela em que âmbito for. No caso da violência política de gênero, ela tem se perpetuado ao longo dos anos; embora haja a busca para que chegue ao fim. Benedita da Silva relata as violências que sofreu na década de 1980, mas sabe-se que a mulher nunca foi bem-vinda nos espaços de poder e infelizmente, essa tentativa de exclusão da participação feminina na política perdura até os dias de hoje.

As mulheres têm utilizado a escrita de si, através dos textos testemunhais, para extravasarem seus sentimentos e emoções e denunciarem as violências sofridas, mas também para alertarem a sociedade sobre a misoginia que permanece no âmbito da política brasileira.

Constata-se que a violência no espaço da política brasileira é real; essas memórias de violência marcam não só o corpo da mulher, mas também seus relacionamentos e sua forma de encarar a vida, geram traumas que acompanharão essas mulheres para sempre. Escrever sobre o evento que gera o trauma é importante para que se estabeleçam relações com o outro; no caso do livro *Sempre foi sobre nós*, essas mulheres perceberam que não estão sozinhas, pois infelizmente a violências não acontecem somente com elas.

Apesar de tudo, as mulheres continuam lutando por suas permanências nesses espaços, pois é a única forma de mudar esse cenário misógino. Com mais mulheres no poder, cada vez mais a sociedade irá entender que a mulher deve ser respeitada, que aquele lugar também é dela.

SEMPRE FOI SOBRE NÓS: POLITICAL GENDER VIOLENCE IN BRAZIL

Abstract: This article aims to investigate how gender political violence has been presented from the book *Always was about us - Reports of gender political violence in Brazil*, organized by Manuela d'Ávila. It is noted that the woman suffers violence in the political sphere so that she is forced to withdraw from the public space and return to the private/domestic space. This study will cover the notions of Writing about oneself and gender in texts written by women who experienced/experience these aggressions. For the study, readings of Lejeune (2008) will be done as a basis for studies on Self-writing; Lerner (2019) and Kern (2021) who will base the discussion on violence against

women, among other scholars who bring contributions on the researched topic. It is noticed that the woman suffers several forms of violence in the political universe, evidenced in the texts of memories of the present study.

Keywords: Self writing. Gender. Political violence

Referências

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010. 370p.

ÁVILA, Manuela D' (org). *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. Porto Alegre: Instituto E se fosse você, 2021. 232p.

ÁVILA, Manuela D'. *E se fosse você? Sobrevivendo às redes de ódio e fake News*. Porto Alegre: Instituto E se fosse você, 2020.

ÁVILA, Manuela D'. *Por que lutamos? Um livro sobre amor e liberdade*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

ÁVILA, Manuela D'. *Somos as palavras que usamos*. São Paulo: Editora Planeta, 2022.

ÁVILA, Manuela D'. *Revolução Laura*. Caxias do Sul: Belas Letras, 2019.

ÁVILA, Manuela D'. *Rede de mentiras e de ódio: e se o alvo fosse você?* 2. ed. Porto Alegre: Instituto E se fosse você, 2021.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. *Lei nº 14.192, de 04 de agosto de 2021*. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A nebulosa do (auto)biográfico*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2022.

GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 380p.

GROSSI, Míriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, 2001.

KERN, Leslie. *Cidade feminista*. A luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens. Tradução de Thereza Roque da Motta. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

LEJEUNE, Philippe. *Pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. História da opressão das mulheres pelos homens. Tradução Luiza Sellera. Cultrix: São Paulo, 2019.

Recebido em 15/04/2023

Aceito em 27/11/2023

Publicado em 30/11/2023